

Governadores do Nordeste repudiam parlamentarismo

O GLOBO

28 SET 1987

MONTES CLAROS, MG — Oito dos dez Governadores do Nordeste — ausentes Miguel Arraes, de Pernambuco, e Tarcísio Burity, da Paraíba — repudiaram ontem a introdução do parlamentarismo, proposta no segundo substitutivo do Relator da Constituinte, Bernardo Cabral, durante o mandato do Presidente José Sarney. De acordo com os Governadores, a introdução do parlamentarismo agora é uma agressão à soberania popular. Mas eles concordam com a adoção do sistema após o mandato de Sarney.

Os Governadores participaram da 325ª Reunião do Conselho Deliberativo da Sudene. Após a nota de repúdio — que levou o nome de “Carta de Montes Claros” —, manifestaram, em entrevista, a esperança de que poderão mobilizar o País para derrotar a proposta de Bernardo Cabral.

Na “Carta de Montes Claros” — aprovada pelos Governadores de Minas, Newton Cardoso; do Piauí, Alberto Silva; do Ceará, Tasso Jereissati; do Rio Grande do Norte, Geraldo Melo; da Bahia, Waldir Pires; do Maranhão, Epitácio Cafeteira; de Alagoas, Fernando Collor de Melo, e de Sergipe, Antônio Carlos

Valadares —, os Governadores reconhecem a “competência livre e soberana da Constituinte para elaborar e promulgar a nova Constituição”, mas ressaltam que a adoção do parlamentarismo agora “agride o princípio democrático universal da soberania popular”.

Segundo os Governadores, a adoção do parlamentarismo, se for deliberada pela Constituinte, só deve ser efetivada a partir do próximo mandato presidencial. Se adotado agora, esse sistema representaria, para os Governadores, a restrição dos poderes e atribuições que tinham quando foram eleitos.

— É uma fraude, um verdadeiro golpe — afirmou Valadares, parlamentarista convicto.

— Implantar este sistema agora e da forma como está proposto seria matar o parlamentarismo no nascedouro — endossou Pires, também parlamentarista, lembrando a experiência de 1961, quando o parlamentarismo foi implantado e fracassou.

A carta teve uma versão inicial que defendia o presidencialismo, mas depois foi retocada para que se chegasse ao consenso.

Estrategistas se enfrentam pela maioria na Comissão

BRASÍLIA — Uma estratégia traçada pelos parlamentaristas, para fazer, já na sessão de amanhã, a primeira verificação de maioria sobre sistema de Governo na Comissão de Sistematização, deverá ser invertida pelos presidencialistas. Estes não estão dispostos a permitir que nenhum item relativo a regime de Governo seja votado antes do capítulo referente ao Sistema.

Os parlamentaristas pretendiam aproveitar o pedido de destaque do Deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) que, como presidencialista, queria retirar o termo “Primeiro-Ministro” do parágrafo que trata da obrigatoriedade dos cargos máximos do Legislativo, Executivo e Judiciário serem ocupados por brasileiros natos. Os defensores do sistema parlamentar viam nesta emenda a possibilidade de se saber os votos de cada um dos integrantes da Sistematização.

Alertado para o perigo de uma medida antecipada da maioria, já que o capítulo que trata do regime só deverá ser visto na metade da próxima semana, Vivaldo Barbosa chegou mesmo a considerar a hipótese de retirar o pedido de destaque. Uma decisão neste sentido só não foi tomada porque os presidencialistas acham que podem inverter o jogo.

Eles pretendem confundir as contas dos parlamentaristas, votando contra a emenda Vivaldo Barbosa, já que têm a garantia de que, caso seja aprovado o presidencialismo, todo o texto constitucional terá de ser adaptado. Vivaldo Barbosa disse que seu intuito era apenas o de enxugar o texto constitucional. Informou que ainda vai esperar a reação dos presidencialistas e as conversas do fim de semana para decidir se mantém ou não o pedido de destaque.